



Campanha da Fraternidade Ecumênica 2021: (Re)pensar(se) a(na) ação dialógica

Ecumenical Fraternity Campaign 2021: (Re)
thinking (yourself) (in) the dialogical action

*Raquel de Fátima Colet**

Pontifícia Universidade Católica do Paraná

Recebido em: 07/12/2020. Aceito em: 08/12/2020.

Resumo: *Em sua quinta edição, a Campanha da Fraternidade Ecumênica tematiza a fraternidade e o diálogo como compromissos de amor. Como um convite à unidade na diversidade, a campanha visibiliza o testemunho e fortalece o empenho ecumênico das igrejas e organismos comprometidos com o ecumenismo. Da mesma forma, convida indivíduos e coletivos a repensar e repensar-se no exercício do diálogo, assumindo um sincero processo de revisão de vida e de práticas diante do cenário de intolerâncias e violências que marcam a realidade brasileira. Partindo de uma compreensão do diálogo como ação, o presente artigo discorre sobre os elementos que caracterizam essa ação dialógica, e que a potencializam para efetivar aquilo que a campanha vislumbra como horizonte prático: a construção de pontes que movem ao encontro, e a superação dos muros que sustentam e ampliam as divisões.*

Palavras-chave: *Campanha da Fraternidade Ecumênica. Diálogo. Igrejas.*

Abstract: *In its fifth edition, the Ecumenical Fraternity Campaign addresses fraternity and dialog as commitments of love. As an invitation to unity in diversity, the campaign makes visible the testimony and strengthens the ecumenical endeavor of churches and organisms committed to ecumenism. Likewise, it invites individuals and collectives to rethink and rethink themselves in the dialog*

* Doutora em Teologia (Pontifícia Universidade Católica do Paraná, PUC-PR, Curitiba, PR, 2020). Mestra em Teologia (Pontifícia Universidade Católica do Paraná, PUC-PR, Curitiba, PR, 2016). Graduada em Teologia (Pontifícia Universidade Católica do Paraná, PUC-PR, Curitiba, PR, 2013). Membro do Grupo de Pesquisa Teologia, Ecumenismo e Diálogo Inter-religioso da PUC-PR. Representante católica na Comissão Teológica do CONIC, da Comissão Regional de Ecumenismo da CNBB-Sul 2, e do Grupo de Reflexão Ecumênica e Inter-religiosa (GREDIRE) da CNBB. Assessora Provincial da Pastoral da Educação Vicentina da Província de Curitiba. Religiosa das Irmãs da Caridade da Província de Curitiba.

E-mail: raquel_colet@hotmail.com





exercise, assuming a sincere process of reviewing life and practices in the face of intolerances and violence scenery which mark the Brazilian reality. From an understanding of dialog as an action, this article discourses the elements which characterize this dialogical action, and which potentialize it in order to put into effect what the campaign envisions as a practical horizon: the construction of bridges which move towards meeting, and the overcoming of walls which support and expand divisions.

Keywords: *Ecumenical Fraternity Campaign. Dialog. Churches.*

1 Introdução

*“Cristo é a nossa paz. Do que era dividido, Ele fez uma unidade”*¹. Em um momento histórico que o nome de Cristo tem sido fator de discursos e interpretações múltiplas, o lema que acompanha a quinta edição da Campanha da Fraternidade Ecumênica (CFE) se apresenta como uma oportuna chave de leitura para mobilizar as pessoas cristãs e, a partir delas, toda sociedade brasileira, a repensar e repensar-se no exercício do diálogo. Ao afirmar que “a fraternidade e o diálogo são compromissos de amor”², a campanha convoca as igrejas, particularmente aquelas comprometidas com o diálogo ecumênico, a comunicarem pelo testemunho de comunhão e pela ação profética que a mensagem cristã é, em sua essência, destinada a construir pontes que movem ao encontro, e não a referendar os muros que sustentam e ampliam as divisões.

A referência simbólica das pontes e muros nos permite considerar que ambos podem compartilhar de uma mesma matéria-prima; o que muda é a planta do projeto e a intencionalidade dos sujeitos envolvidos. Tijolos, pedras, madeira, podem ser transformados em vias de acesso, que aproximam realidades e identidades distintas, ou podem referendar a intolerância que reforça as demarcações identitárias, e impede o conhecimento e reconhecimento do outro. Ao transformador e salutar exercício de discernimento dessa realidade plural, com o objetivo de tecer a unidade na diversidade, damos o nome de *diálogo*. Mais que uma estratégia relacional, o diálogo é uma atitude, uma postura diante de si e do mundo, que move indivíduos e coletivos a repensar e repensar-se, o que, na mística quaresmal, leva o nome de conversão.

¹ A BÍBLIA. Tradução Ecumênica. São Paulo: Paulinas, Loyola, 2002. Ef 2,14a.

² CONSELHO NACIONAL DE IGREJAS CRISTÃS DO BRASIL (CONIC). *V Campanha da Fraternidade Ecumênica*. Fraternidade e Diálogo: compromisso de Amor. Texto-base. Brasília: Edições CNBB, 2020. Edição Kindle. pos. 109.



Esse propósito é intencionalmente descrito no título deste artigo, e provoca para um olhar apurado da experiência dialógica para além de empreendimento de ações comuns num determinado ano, mas como disposição de revisão de vida e de práticas que emanam de um autêntico encontro com o outro. Falamos, assim, do diálogo não como uma estratégia temporal que se estabelece para atingir objetivos práticos e mensuráveis – o que não diminui todo o esforço metodológico de reflexão e articulação da campanha –, mas como um dinamismo interior e um exercício aprendente que tocam profundamente as alteridades envolvidas.

2 Fraternidade, diálogo e testemunho

Desde sua intuição primeira, a Campanha da Fraternidade Ecumênica (CFE) se orienta por uma intencionalidade testemunhal do compromisso cristão na realidade brasileira. O ensejo por um projeto comum, manifestado pelas igrejas-membro do Conselho Nacional de Igrejas do Brasil (CONIC)³ ainda na década de 1980, vislumbra uma experiência conjunta que atuasse como mobilizadora e articuladora do dinamismo missionário das comunidades cristãs, traduzindo-as em ações comuns. Aprovada pela Conferência Nacional dos Bispos do Brasil (CNBB) na Assembleia Geral de 1996 e realizada pela primeira vez no ano 2000, a CFE é um sinal eloquente da disposição das comunidades cristãs em construir caminhos de diálogo, em solicitude teológica e pastoral à natureza ecumênica da fé cristã. A realização e os frutos das quatro edições vividas até aqui testificam isso.

Observamos, assim, uma dupla dimensão desse testemunho dialógico: de um lado, o conhecimento e inserção ativa no contexto social do país, em atenção profética às questões que ferem a vida e a dignidade do povo, e, de outra parte, o trabalho conjunto das igrejas que as estimula a prosseguirem no caminho da unidade⁴. Isso permite olhar para a CFE para além da temporalidade específica e ênfase temática que assume, mas situá-la no contexto de uma proposta mais ampla, que tem a ver com o

³ O CONIC, fundado em 1982, é constituído atualmente por seis igrejas-membro, a saber: Igreja Evangélica de Confissão Luterana no Brasil (IECLB), Igreja Episcopal Anglicana do Brasil (IEAB) e Igreja Católica Romana, igrejas-membro fundadoras; Igreja Presbiteriana Unida do Brasil (IPU), Igreja Síria Ortodoxa de Antioquia (ISOA) e Aliança de Batistas do Brasil (ABB), igrejas que se tornaram membros posteriormente.

⁴ COLET, Raquel de Fátima. *Conselho Nacional de Igrejas Cristãs do Brasil: uma análise histórico-teológica*. 291f. Tese (Doutorado) – Programa de Pós-graduação em Teologia, Pontifícia Universidade Católica do Paraná, Curitiba, 2020. p. 162.



empenho ecumênico assumido pelas igrejas, mas que não se limita às suas fronteiras denominacionais.

Podemos afirmar que as CFEs constituem uma expressão singular do compromisso ecumênico das igrejas no Brasil, em ativa colaboração com organismos ecumênicos e outros atores sociais que se sintonizam com as pautas assumidas. Nessa perspectiva interconfessional, Elias Wolff⁵ as situa como o projeto de evangelização mais expressivo em nível de América Latina, contribuindo para o reconhecimento mútuo da fé comum professada pelas igrejas, ao mesmo tempo que coloca em evidência os desafios ainda a serem assumidos por estas no percurso da comunhão. Essa percepção é confirmada por Gabriele Cipriani quando infere que as Campanhas permitem “avaliar o real envolvimento das Igrejas no movimento ecumênico e põe à prova a possibilidade de um novo paradigma da missão cristã no mundo contemporâneo”⁶.

Nesse horizonte, nosso olhar sobre a quinta edição da Campanha da Fraternidade Ecumênica, proposta para o ano de 2021, se tece nessa dupla interface: a) o que uma campanha ecumênica tem a dizer para a sociedade brasileira, particularmente a partir da ênfase temática que assume e que tocam profeticamente em pontos nevrálgicos da realidade nacional; e b) como essa mesma campanha reflete na autocompreensão das igrejas enquanto instâncias potentes de diálogo a partir dos sujeitos que as integram e das estruturas que atuam como mediadoras da prática dialógica. Há que se considerar, igualmente, uma abordagem que problematize a CFE para além das fronteiras confessionais, verificando suas possibilidades e contribuições no cenário religioso plural atual, nem sempre demarcado por pertencas institucionais.

3 Premissas da experiência dialogal

O texto-base da CFE 2021 fala do diálogo como o melhor testemunho a ser dado pelas igrejas⁷. Na simbologia dos muros e pontes, a campanha chama a atenção para as intolerâncias e violências que caracterizam

⁵ WOLFF, Elias. Campanha da Fraternidade Ecumênica 2016: compromisso das igrejas pela vida no planeta. In: *Encontros Teológicos*: revista da FACASC e do ITESC, Florianópolis, ano 30, n. 72, p. 13-25, 2015, p. 16-17.

⁶ CIPRIANI, Gabriele. Campanha da Fraternidade – 2005 Ecumênica. “Solidariedade e Paz”. *Encontros Teológicos*: revista da FACASC e do ITESC, Florianópolis, ano 20, n. 40, p. 25-40, 2005, p. 26.

⁷ CONIC, 2020, pos. 109.



as relações na sociedade atual, onde as identidades e experiências plurais nem sempre são assumidas como dons a serem compartilhados, mas como fatores que sustentam e ampliam divisões. Esta realidade indica a plausibilidade do diálogo e, mais que isso, a necessidade de se pensar a fundo sobre o que constitui um autêntico exercício dialógico.

Uma primeira consideração remete ao entendimento do diálogo sob a lógica da *dádiva*, que comunica que o horizonte da unidade que se busca é, em primeiro momento, um dom a ser acolhido e compartilhado. Bastante sensível às experiências do chamado ecumenismo espiritual, tais como a Semana de Oração pela Unidade Cristã (SOUC), a consciência do dom dispõe os interlocutores – sejam eles pessoas, grupos, igrejas, entre outros – a despojar-se de suas resistências reais e simbólicas, assumindo que, enquanto realidades históricas, somos marcados por uma provisoriidade vulnerável que nos potencializa para o diálogo.

Por essa percepção, podemos falar de uma dimensão estética do diálogo, na qual a primazia da dádiva move à saída de si e à “abertura para a novidade desinstaladora que se comunica na diferença que o outro representa e apresenta”⁸, diferença que também é dom. A *mística da dádiva* possui uma função educativa de recordar que a compreensão e os meios do percurso dialógico não estão de posse de pessoas, igrejas ou organizações, especialmente aquelas que agregam o adjetivo “ecumênico” às suas identidades. Ela “desobriga da tentação exclusivista e autocentrada de garantir interpretações prévias e absolutas”, ao mesmo tempo que “instiga a inteligência relacional para uma atitude de complementariedade crítica e de interdependência proativa”⁹.

Esse aspecto direciona para uma segunda premissa que é a consciência de que o diálogo é um *exercício aprendente e exigente*. Tão prejudicial quanto resistir a ele, é romantizá-lo, assumi-lo como uma diplomacia eclesiástica, social ou institucional, que suaviza os conflitos e relativiza as diferenças, ou que se sustenta em interesses disfarçados de política de boa vizinhança. A verificação factual de que vivemos em um mundo cada vez mais plural pode sugerir que a relação com o diferente se configure como uma exigência sobre a qual não se tem escolha. Porém, essa exigência dialogal não se apoia nas diferenças como acidentes de percurso, mas as entende como uma dimensão legítima das identidades

⁸ COLET, 2020, p. 188.

⁹ COLET, 2020, p. 189.



em relação. Há de se pensar, dessa forma, que o diálogo se constrói não *apesar* das diferenças, mas *a partir* delas, na tessitura diária e gratuita da abertura que move ao encontro. Nas palavras do Papa Francisco, trata-se da tarefa artesanal de abrir-se ao outro, na consciência de um peregrinar conjunto¹⁰.

Sequente a esta compreensão, coloca-se *o diálogo como uma experiência pedagógica*. Ou seja, dialogar implica aprendizado, processo de descobertas e crescimento, um “tempo necessário” como propõe as Escrituras – e, nesse sentido, podemos fazer uma oportuna vinculação com espiritualidade quaresmal que acompanha a realizada da CFE. Na perspectiva cristã, observamos o vínculo com o itinerário mistagógico de amadurecimento da fé, assumido pelas igrejas no horizonte do seguimento de Jesus e na construção do Reino de Deus comunicado por Ele. A vocação de discípulas e discípulos de Cristo implica reconhecer que estamos a caminho, com a possibilidade de aprender e crescer com as particularidades da outra pessoa, da outra comunidade, igreja, religião ou cultura. A proximidade com o outro diferente de nós contribui para uma saudável e permanente autocrítica. Nesse sentido, o entendimento de que primeiro as igrejas precisam resolver seus problemas internos para, só depois, abrir-se à interação com outras igrejas e comunidades, se revela limitado e parcial. A relação com o outro favorece uma apreciação mais lúcida da própria identidade confessional, sem camuflar as contradições, nem disfarçar os pontos de vulnerabilidade. Percebe-se, assim, um processo educativo de caráter *ad intra* e *ad extra*, como dimensões de mútua exigência.

4 O compromisso das boas práticas

Orientado pela proposta metodológica do Ver – Julgar – Agir – Celebrar, o texto-base da V CFE apresenta na terceira parte a descrição de *boas práticas* empreendidas pelo CONIC, as quais dão conhecer o compromisso cristão com a construção de pontes de diálogo¹¹. Ao descrever cinco experiências do CONIC, que versam sobre a promoção do diálogo ecumênico, a convivência inter-religiosa, a superação da violência, especialmente a violência contra as mulheres, e o cuidado da

¹⁰ FRANCISCO. *Exortação Apostólica Evangelii Gaudium*. São Paulo: Paulinas, 2013. EG 244.

¹¹ CONIC, 2020, pos. 882.



Casa Comum, a CFE 2021 estimula ao reconhecimento das pontes já construídas pelo diálogo. Ao mesmo tempo, estimula as igrejas, organismos e pessoas comprometidas com a causa ecumênica, a perseverarem no compromisso dialógico, intuindo possibilidades de presença e ação que estejam a serviço da comunhão fraterna e da profecia do Evangelho.

As boas práticas ensinam que “a evangelização e a missão são constitutivas do testemunho das igrejas”, e que “proclamar a Palavra de Deus e dar testemunho ao mundo é essencial para todos os cristãos e cristãs¹². Desse entendimento, emanam horizontes de reflexão que oportunizam o aprofundamento do sentido da ação dialógica e, conjuntamente, dilatam a percepção daquilo que é possível ser e fazer juntos e juntas, como pessoas de fé e como cidadãos e cidadãs.

4.1 Horizontes teológico-pastorais

A perspectiva teológica é um diferencial da ação dialógica das igrejas e organizações baseadas na fé. Em relação ao CONIC, que possui a responsabilidade imediata na dinamização da CFE, esse elemento envolve diretamente o estatuto teológico de suas igrejas-membro. Como expressão nacional de um ecumenismo de perfil eclesiástico, com as possibilidades e desafios que esta modalidade de diálogo apresenta, o Conselho contribui não somente para a ação conjunta das igrejas em torno de uma agenda comum, mas as “possibilita experienciar a comunhão como membros do Corpo de Cristo”¹³.

Para as pessoas cristãs, o diálogo é uma dimensão de sua experiência com o Senhor como discípulos e discípulas. Para as igrejas, é participação ativa no desejo de unidade que acompanhou a oração de Cristo que pediu ao Pai para que todos fossemos um¹⁴. É importante considerar, contudo, que a centralidade da fé “não é, em primeiro lugar, conteúdo, doutrina, consenso, mas confiança em Deus”; ela é “entrega ao amor de Deus que se desdobra como amor ao próximo”¹⁵. Essa fonte comunitária e diaconal emana da vocação batismal do Povo de Deus, como atestado pelo texto-base: “o Batismo exige que nos esforcemos

¹² CONIC, 2020, pos. 994.

¹³ COLET, 2020, p. 73.

¹⁴ Cf. Jo 17,21.

¹⁵ SINNER, Rudolf von. *Paz em meio à violência*. Subsídios para a compreensão e o exercício da cidadania cristã. Porto Alegre: Sinodal, 2019. p. 92, 93.



em favor de comunidades que expressem a unidade na diversidade”¹⁶. O Ato de Reconhecimento Mútuo do Batismo assinado pelas igrejas-membro do CONIC em 2007, também traz explícito esse compromisso: “Entendemos que o batismo compromete a proclamação da Boa Nova do Reino da ‘vida em abundância’. A unidade no Batismo integra nossas tradições eclesiais na missão de renovar todas as coisas em Cristo, com implicações na vida das pessoas e da sociedade”¹⁷.

Nesse sentido, o horizonte teológico envolve, sim, o empenho das igrejas em revisitar a memória ferida e reler suas diferenças eclesiológicas, visando tecer convergências e consensos. São louváveis os passos dados pelo Movimento Ecumênico em sua centenária história, cujos frutos se apresentam na fraternidade reencontrada depois de séculos de hostilidades mútuas¹⁸, nos muitos estudos, consensos e convergências, comissões bi e multilaterais, e projetos comuns. No entanto, são frutos cuja fecundidade se encontra na ressonância que possuem na vida das comunidades. O documento teológico mais eficaz é sempre a vida concreta das pessoas dialogantes, que todos os dias ratificam com seu compromisso de fé o reconhecimento da outra pessoa como irmã na fé, e a dignidade eclesial da comunidade na qual ela congrega. Como traduzido por Francisco em sua mais recente carta encíclica: “um caminho de fraternidade, local e universal, só pode ser percorrido por espíritos livres e dispostos a encontros reais”¹⁹.

Entre os objetivos específicos da CFE 2021, identificamos o fortalecimento da convivência ecumênica e inter-religiosa, e a partilha de experiências concretas de diálogo e convivência²⁰. Essa meta motiva a uma revisita e uma nova – e, talvez, até primeira – recepção dos frutos do diálogo ecumênico. Isso não é um favor, mas um direito das comunidades. Se, por um lado, as comunidades locais possuem suas próprias estratégias dialógicas, em geral muito mais dinâmicas e abertas que aquelas que passam pelas estruturas eclesiais, por outro lado, quantos

¹⁶ CONIC, 2020, pos. 882.

¹⁷ CONSELHO NACIONAL DE IGREJAS CRISTÃS DO BRASIL (CONIC). *Ato do Reconhecimento Mútuo da Administração do Sacramento do Batismo entre Igrejas-membro do CONIC*. São Paulo, 2007. p. 13.

¹⁸ JOÃO PAULO II. *Carta Encíclica Ut Unum Sint*. 3. ed. São Paulo: Paulinas, 2004. p. 53. UUS 41.

¹⁹ FRANCISCO. *Carta Encíclica Fratelli Tutti*. Sobre a fraternidade e a amizade social. São Paulo: Paulinas. p. 40. FT 50.

²⁰ CONIC, 2020, pos. 141.



entraves teológicos que, em tese já caminharam no plano da reflexão, são perpetuados na práxis pastoral por desconhecimento da assembleia, despreparo e omissão das lideranças. Por vezes, nossas linguagens e métodos de evangelização ainda referendam condenações e preconceitos mútuos. Por um princípio ético, ou por apreço e afeto, convivemos e mantemos vínculos com pessoas de nossa família que congregam em outros lugares de culto, ou vivem sua espiritualidade de forma diferente, porém, ainda somos limitados em reler essa convivência na diferença sob o prisma da fé que professamos e que reconhecemos ser o que baliza nossas vidas. Muitas vezes, nosso mecanismo de defesa é a retórica frase “Deus é o mesmo” que, proferida sem convicção de diálogo, não nos move a lugar nenhum.

Trata-se de aspectos corriqueiros da prática pastoral. Há de presumir, por exemplo, que uma criança ou adolescente que, na catequese ou na escola dominical, ouvir da pessoa que o acompanha no processo de amadurecimento da fé, uma mensagem acolhedora sobre as pessoas de outras igrejas e tradições e, ao mesmo tempo, tiver acesso a uma reflexão lúcida e contextualizada sobre a perspectiva ecumênica da sua igreja, tende a viver e transmitir essa atitude dialógica nos seus espaços de pertença e convivência. O salutar hábito de orarmos uns pelos outros – e na caminhada ecumênica a oração tem o primado, e “torna-se, por si própria, expressão e confirmação da unidade”²¹ – certamente dispõe nosso espírito a lapidar as arestas dos nossos confessionalismos e autorreferencialidades. Conhecer os espaços e organizações que se debruçam sobre a causa ecumênica, aproximar-se e engajar-se em projetos solidários compartilhados por pessoas de diferentes credos, são ações que nos educam para viver a ecumenicidade como uma dimensão irrenunciável de nosso ser cristão. Uma Campanha da Fraternidade Ecumênica é um evento potencializador dessa recordação de que, ou cremos em diálogo, ou não cremos. Contudo, essa memória não pode estar condicionada a um período quadrienal que nos motiva a falar de ecumenismo, quando somos convidados e convidadas a viver o ecumenismo todos os dias.

4.2 Horizontes socioculturais

É da natureza das Campanhas da Fraternidade a preocupação ativa com a sociedade brasileira, especialmente com as situações que ferem a

²¹ JOÃO PAULO II, 2004, p. 31; UUS 21.



dignidade das pessoas, especialmente dos pobres, e da Terra. Essa postura profética encontra matizes próprios sob o olhar das pessoas cristãs à medida que as permite reconhecer que a defesa e a promoção da vida se encontram no coração de sua experiência de fé.

A CFE 2021 é contundente ao apresentar, com nome e endereço, os contextos e realidades que indicam muros de divisão e exclusão. É ainda mais categórica quando situa esses muros sob a base e o respaldo de discursos religiosos, e se propõe a “denunciar as diferentes violências praticadas e legitimadas indevidamente em nome de Jesus”, em sintonia com a promoção da “conversão para a cultura do amor, como forma de superar a cultura do ódio”²². O racismo estrutural, a violência de gênero e feminicídio, a instrumentalização da religião no espaço público, a voracidade na destruição da Casa Comum, a proliferação de *fake news*, o aprofundamento do desemprego e da pobreza, são contradições escancaradas ainda mais pela pandemia da COVID-19 e intensificadas por discursos negacionistas e polarizados que a circundam.

De igual modo, são dilemas socioculturais que refletem nas comunidades de fé, pois estas não estão separadas do mundo em crise²³, ao mesmo tempo que as indagam sobre a postura que assumem diante desse contexto: como depositárias e responsáveis pela mensagem libertadora do Evangelho, em nome de Jesus, a escolha é por muros ou pontes? Isso implica, inclusive, uma revisão histórica de como as expressões cristãs na realidade brasileira tem legitimado a violência sistêmica e se aliado a estruturas de morte.

Repensar a ação dialógica implica considerar esse cenário sob a lógica da interdependência, elemento profundamente explorado por Francisco na *Laudato Si'*, que conjuga denúncia e anúncio:

*Um mundo interdependente não significa unicamente compreender que as consequências danosas dos estilos de vida, produção e consumo afetam a todos, mas principalmente procurar que as soluções sejam propostas a partir duma perspectiva global e não apenas para defesa dos interesses de alguns (países). A interdependência obriga-nos a pensar num único mundo, num projeto comum*²⁴.

²² CONIC, 2020, pos. 141.

²³ CONIC, 2020, pos. 347.

²⁴ FRANCISCO. *Carta Encíclica Laudato Si'*. São Paulo: Paulinas, 2015. p. 133. Grifo do autor. LS 164.



A opção por gestar um projeto comum é expressão concreta de afirmar que “do que era dividido, Ele fez uma unidade”. A dimensão social do diálogo compreende a disposição em pensar a política e a economia como instâncias a serviço desse projeto, onde a pertença religiosa, a cor da pele, a classe social, a raça, o gênero e a cultura não sejam os demarcadores que indiquem quem tem o direito de ser incluído ou não. Nessas identidades e pertenças plurais, a construção de pontes exige reconhecer a legitimidade das diferenças que nos acompanham, dado que “o diálogo social autêntico pressupõe a capacidade de respeitar o ponto de vista do outro, aceitando como possível que contenha convicções ou interesses legítimos²⁵.

5 Considerações finais

A compreensão do diálogo como compromisso de amor não é uma opção ocasional, mas uma atitude que integra o *ethos* cristão. É, igualmente, uma dimensão irrenunciável da fé. Como dádiva, exercício exigente e caminho pedagógico, o diálogo não é uma realidade pronta, mas uma experiência a ser tecida no cotidiano. Em favorecimento a isso, a CFE é ocasião oportuna para retomar os aprendizados já construídos, bem revisar e atualizar em linguagens e métodos os processos dialógicos vivenciados. Da varanda da própria casa às ágeis conexões virtuais, a construção de pontes implica romper com as estruturas reais e simbólicas que sustentam as divisões, presentes também nas estruturas religiosas. Ao mobilizar para a realização de boas práticas, a CFE 2021 estimula a empreendê-las no âmbito das subjetividades e das estruturas, como um permanente compromisso de conversão, que “nos provoca a pensarmos e repensarmos cotidianamente nossa forma de estar no mundo”²⁶. Tais premissas contribuem para pensar a campanha não como um projeto interconfessional pontual de um determinado ano e tema, e com um grupo delimitado de envolvidos, mas assumir a experiência dialógica como uma campanha cotidiana, assumida na fé e comunicada no serviço à pessoa próxima.

Referências

A BÍBLIA. Tradução Ecumênica. São Paulo: Paulinas, Loyola, 2002.

²⁵ FRANCISCO, 2020, p. 145. FT 202, 203.

²⁶ CONIC, 2020, pos. 180.



CIPRIANI, Gabriele. Campanha da Fraternidade – 2005 Ecumênica. “Solidariedade e Paz”. *Encontros Teológicos*: revista da FACASC e do ITESC, Florianópolis, ano 20, n. 40, p. 25-40, 2005.

COLET, Raquel de Fátima. *Conselho Nacional de Igrejas Cristãs do Brasil: uma análise histórico-teológica*. 291f. Tese (Doutorado) – Programa de Pós-graduação em Teologia, Pontifícia Universidade Católica do Paraná, Curitiba, 2020.

CONSELHO NACIONAL DE IGREJAS CRISTÃS DO BRASIL (CONIC). *Ato do Reconhecimento Mútuo da Administração do Sacramento do Batismo entre Igrejas-membro do CONIC*. São Paulo, 2007.

CONSELHO NACIONAL DE IGREJAS CRISTÃS DO BRASIL (CONIC). *V Campanha da Fraternidade Ecumênica. Fraternidade e Diálogo: compromisso de Amor. Texto-base*. Brasília: Edições CNBB, 2020. Edição Kindle.

FRANCISCO. *Exortação Apostólica Evangelii Gaudium*. Sobre o anúncio do Evangelho no mundo atual. São Paulo: Paulinas, 2013.

FRANCISCO. *Carta Encíclica Laudato Si'*. Sobre o cuidado da casa comum. São Paulo: Paulinas, 2015.

FRANCISCO. *Carta Encíclica Fratelli Tutti*. Sobre a fraternidade e a amizade social. São Paulo: Paulinas. p. 40. FT 50.

JOÃO PAULO II. *Carta Encíclica Ut Unum Sint*. 3. ed. São Paulo: Paulinas, 2004.

SINNER, Rudolf von. *Paz em meio à violência*. Subsídios para a compreensão e o exercício da cidadania cristã. São Leopoldo: Sinodal, 2019.

WOLFF, Elias. Campanha da Fraternidade Ecumênica 2016: compromisso das igrejas pela vida no planeta. *Encontros Teológicos*: revista da FACASC e do ITESC, Florianópolis, ano 30, n. 72, p. 13-25, 2015.